

A Antiga Ordem Mundial Está Chegando ao Fim — Uma Nova Ordem Mundial Está Emergindo

A traição de Gaza representa um dos fracassos morais mais profundos do início do século XXI — um abandono em câmera lenta que despedaçou a promessa pós-Holocausto de “Nunca Mais” e expôs a fragilidade do direito internacional quando confrontado com o poder bruto e a conveniência política. Durante 29 meses, a partir de outubro de 2023, o mundo assistiu enquanto Gaza sofria uma devastação implacável: casas reduzidas a escombros, hospitais alvejados, crianças famintas, famílias inteiras apagadas. As imagens eram inescapáveis — bebês morrendo de fome, amputados sem anestesia, valas comuns cavadas à mão — no entanto, a resposta daqueles que se diziam guardiões das normas globais foi, na melhor das hipóteses, retórica impotente e, na pior, cumplicidade ativa por meio de vetos, envios de armas e cobertura diplomática.

“Nunca Mais” nasceu das cinzas de Auschwitz e Treblinka, um voto gravado na consciência da humanidade após o assassinato industrializado de seis milhões de judeus e milhões de outros. Tornou-se a pedra angular moral da ordem pós-1945: a Convenção sobre Genocídio de 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, os princípios de Nuremberg que declaravam que crimes contra a humanidade transcendem fronteiras e soberania. No entanto, em Gaza, essa promessa se fraturou. Especialistas da ONU, incluindo o Relator Especial sobre a situação dos direitos humanos nos territórios palestinos, descreveram padrões consistentes com genocídio — matar membros do grupo, causar danos corporais ou mentais graves, infligir deliberadamente condições calculadas para provocar destruição física. A Comissão Internacional Independente de Inquérito constatou que as autoridades israelenses eram responsáveis por crimes de guerra e crimes contra a humanidade, incluindo o uso da fome como método de guerra, extermínio, perseguição de gênero e transferência forçada. A Corte Internacional de Justiça (CIJ), em medidas provisórias ordenadas em janeiro de 2024, considerou plausível que atos proibidos pela Convenção sobre Genocídio estivessem ocorrendo e determinou que Israel prevenisse tais atos, garantisse a entrega de ajuda e punisse a incitação. Ordens subsequentes e opiniões consultivas reforçaram as obrigações de facilitar o acesso humanitário, inclusive para a UNRWA, e declararam aspectos da ocupação ilegais.

Esses não eram meras notas de rodapé legais obscuras; eram pronunciamentos vinculantes da mais alta corte do mundo e de órgãos autorizados da ONU. No entanto, o cumprimento foi mínimo. Israel restringiu ou bloqueou a ajuda — a UNRWA enfrentou suspensões, passagens fechadas por meses, corredores humanitários militarizados ou privatizados em caos mortal. Em 2025–2026, as condições de fome ressurgiram, com rações reduzidas a frações das necessidades calóricas, próteses para milhares de amputados bloquea-

das e evacuações médicas interrompidas. Mais de 70.000 palestinos mortos (provavelmente muito mais quando se contam mortes indiretas por doenças, fome e falta de cuidados), uma em cada cinco crianças no mundo vivendo em zonas de conflito, com Gaza como epicentro do sofrimento. O mundo sabia — imagens de satélite em tempo real, despachos de jornalistas, relatórios de ONGs — e ainda assim a maquinaria de responsabilização parou.

O abandono da comunidade internacional foi institucional. O Conselho de Segurança da ONU, paralisado por vetos repetidos dos EUA, falhou em impor cessar-fogos ou pausas humanitárias. Resoluções exigindo parada imediata das hostilidades, acesso incondicional à ajuda e liberação de reféns foram bloqueadas — frequentemente com o único voto contrário de Washington — apesar do apoio quase universal dos demais membros. Pausas humanitárias foram propostas e vetadas; chamadas ao cumprimento das ordens da CIJ ignoradas. Os EUA, aliado mais firme de Israel, continuaram fornecendo ajuda militar enquanto condenavam as baixas civis em linguagem cuidadosamente ponderada, enquadrando o conflito como autodefesa contra o Hamas ao mesmo tempo em que evitavam o cerco e a ocupação mais amplos. Aliados na Europa e em outros lugares emitiram declarações de preocupação, mas raramente as traduziram em pressão concreta — sanções adiadas, exportações de armas mantidas, reconhecimento diplomático intacto.

Isso não foi mera inação; foi cegueira seletiva. A promessa de “Nunca Mais” foi invocada seletivamente por décadas — corretamente para o Holocausto, para a Bósnia, para Ruanda em retrospectiva —, mas em Gaza a equação mudou. Alianças políticas, influência de lobbies e interesses estratégicos superaram princípios universais. O resultado: um povo confinado em uma prisão a céu aberto, sujeito a bombardeios e bloqueio, enquanto a ordem global que professava prevenir tais horrores olhava para o outro lado ou os facilitava. A traição se aprofundou a cada veto, a cada comboio atrasado, a cada declaração de “pensamentos e orações” de capitais que poderiam ter agido, mas optaram por não fazê-lo.

O orgulho sempre cobra um preço. Os arquitetos dessa ordem — aqueles que construíram instituições sobre as cinzas da Segunda Guerra Mundial para impedir repetições — presumiram que a autoridade moral era autossustentável, que o poder poderia indefinidamente sobrepor-se à lei e à consciência sem consequências. Estavam errados. Impérios que sobem caem, muitas vezes não por derrota em batalha, mas pela erosão da legitimidade. Quando a promessa de “Nunca Mais” se torna um slogan em vez de uma ética vinculante, quando o direito internacional é aplicado seletivamente, quando o sofrimento de um povo é considerado tolerável por conveniência geopolítica, as sementes da destruição são plantadas.

Agora chega a conta, e chega com a força inexorável prevista por Frank Herbert em *Duna* — uma saga em que poder, controle de recursos e os ciclos inexoráveis de ascensão e queda se entrelaçam de maneiras que parecem proféticas em vez de fictícias. Três metáforas do universo de Duna enquadram o terremoto geopolítico atual com precisão assustadora.

Primeiro, o epígrafe da Princesa Irulan em *Filhos de Duna*: “Se a história nos ensina algo, é simplesmente isto: toda revolução carrega em si as sementes de sua própria destruição. E

impérios que sobem, um dia cairão.” Esse aviso sóbrio ecoa nos eventos de março de 2026. Os Estados Unidos, arquiteto e executor da ordem pós-Segunda Guerra Mundial baseada em projeção militar incontestada, hegemonia do dólar e autoridade moral seletiva, agora enfrentam as feridas autoinfligidas de seu próprio excesso. O que começou como repulsa moral à impunidade em Gaza metastatizou em desafio estrutural: a insistência do império no apoio absoluto a Israel, mesmo em meio a horrores documentados, semeou ressentimento no Sul Global e fraturou alianças mais próximas de casa. Cada escalada — ataques de decapitação durante cessar-fogos frágeis, desvio de sistemas defensivos da Ucrânia e do Indo-Pacífico — planta sementes de reação mais profundas. O assassinato do Líder Supremo Ali Khamenei em 28 de fevereiro de 2026, em meio a negociações em curso, destruiu qualquer confiança diplomática restante. Seu filho Mojtaba Khamenei, endurecido por perdas pessoais e familiares, jurou vingança e resistência sustentada, recusando cessar-fogos sem reparação sistêmica para a Palestina. A história, como Irulan nos lembra, não permite ascensão perpétua; os mesmos mecanismos que elevaram os EUA ao status de superpotência agora expõem vulnerabilidades diante de resistência assimétrica determinada.

Segundo, a linha icônica atribuída ao Barão Vladimir Harkonnen: “Aquele que controla a especiaria controla o universo.” No cosmos de Herbert, a melange — a especiaria geriátrica — é o pilar da civilização interestelar: prolonga a vida, expande a consciência e permite que os Navegadores da Guilda dobrem o espaço. Controlar Arrakis equivale, portanto, a controlar tudo. Em nossa analogia, o petróleo (e, em menor grau, o gás natural liquefeito) desempenha o papel da especiaria. Por décadas, os EUA dominaram os fluxos — nem sempre pela posse direta de reservas, mas por supremacia naval que garantia rotas marítimas, alianças que asseguravam produtores amigáveis e o sistema petrodólar que garantia demanda pelo dólar. O Estreito de Ormuz, por onde passava cerca de 20% do petróleo global diariamente, tornou-se o ponto de estrangulamento moderno de Arrakis. O fechamento efetivo — ou restrição severa — do estreito pelo Irã, apoiado por ameaças de mísseis, minas e cancelamentos de seguros, subverteu esse controle. O tráfego colapsou para um fio; produtores do Golfo cortaram a produção com tanques cheios; tentativas de redirecionamento via Bab el-Mandeb enfrentam novas ameaças houthis. O próprio petrodólar treme enquanto o Irã experimenta passagens em yuans ou rublos para cargas alinhadas. Os arquitetos da velha ordem — Washington e seus aliados mais próximos — descobrem subitamente que controle nominal significa pouco quando o fluxo em si pode ser interrompido.

No entanto, a percepção mais profunda vem de uma observação mais sutil na adaptação em minissérie de *Filhos de Duna* (ecoando temas de Herbert): “Não é quem controla a especiaria, mas quem tem a capacidade de interrompê-la.” Essa inversão captura a essência do momento presente. Os Estados Unidos podem ainda ostentar a maior marinha, os caças mais avançados e as reservas estratégicas mais profundas, mas o Irã — apoiado indiretamente por inteligência russa, hedge econômico chinês e rede de proxies — demonstrou que o poder superior reside na interrupção. Ao sustentar barragens de mísseis, sufocar Ormuz e ameaçar pontos de estrangulamento secundários, Teerã impõe custos que o império luta para igualar de forma sustentável. Munições americanas consomem anos de reservas em semanas; interceptores são desviados de outros teatros; aliados reavaliam

discretamente acordos de bases à medida que locais protegidos pelos EUA atraem fogo que não conseguem repelir completamente. As porta-aviões, outrora símbolos de projeção incontestada, agora operam sob ameaça constante em um mundo de hipersônicos e enxames de drones. O blefe foi chamado: o poder convencional esmagador vacila diante da disposição de suportar dor e impor atrito assimétrico.

A raiva que acendeu esse acerto de contas — disposição de acolher colapso sistêmico se acabar com a impunidade — reflete uma verdade mais profunda: quando o esgotamento moral se encontra com extensão material excessiva, a queda acelera. Públicos comuns no Ocidente, entorpecidos ou distraídos por imagens mediadas de sofrimento, falharam em parar a máquina por meio de greves gerais ou retirada em massa de consentimento. Agora a dor chega visceralmente na bomba e na carteira. A liberação recorde de 400 milhões de barris pela Agência Internacional de Energia (11 de março de 2026) — a maior da história — compra semanas, talvez meses, mas o esgotamento se avizinha até o final de junho se as interrupções persistirem. Preços do petróleo sobem para US\$ 100+ por barril (com cenários piores prevendo US\$ 135–200); benchmarks europeus de gás como TTF dispararam; equivalentes de combustível próximos a €20 por litro tornam-se imagináveis em mercados de alta tributação. Esse choque no bolso — muito mais imediato que atrocidades distantes — acende manifestações em massa, greves gerais e revoltas eleitorais há muito ausentes.

A Europa, especialmente a Alemanha, está no epicentro da vulnerabilidade. A Energiewende alemã — eliminação gradual do nuclear e aceleração da redução do carvão — estreitou as opções para gás importado e renováveis intermitentes, deixando os preços de eletricidade reféns da volatilidade fóssil global. A França se protege com base nuclear; Polônia e Espanha mantêm carvão ou forte desacoplamento solar; EUA, China, Rússia e Japão recorrem a fontes domésticas diversificadas. A Alemanha, porém, enfrenta dor industrial aguda, pressão fiscal e erosão política. A coalizão do chanceler Merz se apegue à ortodoxia fiscal e compromissos inabaláveis — ajuda à Ucrânia, sanções à Rússia, apoio incondicional a Israel — enquanto estados do sul (Irlanda, Espanha, Itália) se irritam com a hipocrisia moral sobre Gaza, e Hungria/Eslováquia pressionam por realismo energético pragmático ao aliviar restrições às importações russas. A crise do petróleo amplifica cada fratura: distribuição desigual de dor arrisca cascata de vetos, reversões de políticas ou colapso total da coesão da UE. A Alemanha ou se curva — suavizando posições para evitar revolta doméstica e eleições antecipadas — ou se torna o fulcro em que o bloco se divide.

A postura do Irã reforça o paradigma da interrupção. A sucessão para Mojtaba Khamenei fundiu vingança com clareza estratégica. Não há saída após ataques durante negociações ativas; a confiança está destruída. Teerã exige não mera desescalada, mas reparação sistêmica — Palestina descolonizada, a “entidade sionista” desmantelada —, condições politicamente impossíveis para uma administração dos EUA atada a redes e influência de lobbies pró-Israel. Tentativas de retirada com salvação de face fracassam contra esse maximalismo. As preparações do regime ao longo de décadas — proliferação de mísseis, endurecimento de proxies, hedge cambial — executam-se agora com precisão, transformando bases dos EUA de ativos em passivos e alianças em fardos.

Na sabedoria de Duna, toda revolução carrega as sementes de sua própria destruição, e impérios caem porque esquecem que poder sem legitimidade é frágil. O abandono de Gaza foi esse esquecimento tornado manifesto: um orgulho que presumiu impunidade eterna. O preço não é justiça abstrata adiada; é o desfazimento em curso agora — caos econômico, realinhamento geopolítico, rachadura da fachada que outrora alegava sustentar um mundo baseado em regras. A conta está vencida, e a história, implacável, a apresenta integral.

O que emerge não é mero colapso, mas transformação: um amanhecer multipolar onde a interrupção força equidade, onde a falência moral da velha ordem dá lugar a um novo, ainda que turbulento, esclarecimento. A especiaria não flui mais nos termos de Washington. E nessa simples verdade reside o início de um fim — e talvez, finalmente, as sementes de algo mais justo.